

ELIEZER, Cristina Rezende (org.); BORGES, Regilson Maciel (org.); ARCAS, Paulo Henrique (org.). Educação em questão: tendências, estratégias e resistências. Santo Ângelo: Metrics, 2021, 274 p.

Daniella Gualberto Neves¹

Educação em questão: tendências, estratégias e resistências é uma obra lançada em 2021 e organizada pela Rede de Egressos do Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal de Lavras, pela professora Mestra Cristina Rezende Eliezer em parceria com os professores Doutores Regilson Maciel Borges e Paulo Henrique Arcas. Ao todo, o exemplar apresenta 17 capítulos que possibilitam refletir sobre temas emergentes acerca de mudanças e retrocessos no âmbito político e educacional, de modo que esses acontecimentos têm contribuído para agravar as desigualdades sociais. Logo, cada capítulo deste livro, nos mostra a necessidade de “resistir” e “insurgir” diante dos desafios impostos à educação nos dias atuais, principalmente com os impactos causados pela pandemia da Covid-19 que assolou várias esferas da sociedade, e nos convida a repensar sobre novos modos de educar, desde o nível básico até o superior, tendo em vista a transformação humana e social.

O capítulo 1, “*Contribuições dos estudos da educação comparada para uma análise da proposta de educação domiciliar*” discute acerca da necessidade de reorganizações legais e conceituais pertencentes a esse campo da educação e propõe reflexões baseadas nos estudos comparados, sendo esses, mecanismos de análise de variadas realidades educativas. Buscou-se apresentar os pressupostos da *homeschooling*, modalidade bastante difundida, consolidada e legalizada nos Estados Unidos, mas que ainda no Brasil encontra resistências para sua regulamentação, bem como evidenciar que as informações práticas sobre as experiências da educação domiciliar nos EUA permitirão que, no contexto educacional brasileiro, tal modalidade tenha mais êxito.

O capítulo 2 “*Base Nacional Comum Curricular (BNCC): construção e embates*” apresenta os debates que envolveram o processo de elaboração e implementação deste documento normativo, homologado em 20 de dezembro de 2017 pelo Ministério da Educação

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Lavras – UFLA.

Email: daniellagneves@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8327-8144>

Revista *Devir Educação*, Lavras, vol.8, n.1, e-738, 2024.

(MEC), tão importante para a educação, e salienta as críticas proferidas por estudiosos do currículo e por associações de pesquisas acadêmicas. Tais críticas são direcionadas ao conteúdo da BNCC, e à parte metodológica e curricular única por generalizar e propor um ensino homogêneo que não considera o contexto histórico e a diversidade da educação no Brasil, contribuindo com o retrocesso da política educacional.

O capítulo 3 “*Desenvolvimento educacional e a reforma do ensino médio*” trata-se da proposta de inovação neste nível da educação básica, por meio de uma reformulação curricular, e seus desdobramentos. Acredita-se que esse novo modelo, diversificado e mais flexível com foco em determinadas áreas do conhecimento, viabiliza a escolha de um percurso de estudos através de itinerários formativos para que os alunos se tornem protagonistas do seu processo de aprendizagem, tendo maior autonomia e se identificando mais com os conteúdos. Ressalta-se que os itinerários formativos devem ser compatíveis com as demandas da comunidade em que a escola se localiza, uma vez que as atividades precisam contemplar a realidade dos educandos para que esses desenvolvam habilidades de lidar com as demandas da sociedade.

O capítulo 4 “*O ensino híbrido e o olhar dos protagonistas da educação em tempo pandêmico*” traz a conceituação dessa modalidade educativa e como ela ocupou um lugar importante durante o período de pandemia, tempo desafiador que exigiu mudanças repentinas no campo da educação visto que quase ninguém estava preparado para o uso da tecnologia, ferramenta imprescindível para o ensino híbrido. A seção objetivou explanar a respeito das perspectivas e desafios de professores e alunos que compõem o ensino fundamental, médio e EJA de intuições do sul de Minas Gerais sobre o ensino híbrido no contexto pandêmico. Os resultados mostraram que tanto educandos quanto educadores têm conhecimentos sobre a metodologia híbrida. No que tange aos desafios, professores relatam desde a falta de participação dos estudantes até a qualidade da internet. Já os estudantes apontam as dificuldades de adaptação e foco nos momentos de educação online.

O capítulo 5 “*Leitura compartilhada no contexto de aulas híbridas*” aborda essa estratégia, também denominada de leitura colaborativa pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PNC), como uma narrativa que possibilita agregar mais sentido aos ouvintes, por promover interações e trocas de experiências em torno do texto lido. Dada sua importância para a socialização e o imaginário infantil, destaca-se que durante o período remoto e híbrido a leitura compartilhada ocorreu nas aulas online, de formas variadas, uma vez que o leitor se

adaptou a essa nova situação educacional imposta pelo distanciamento. A construção de significados, a partir da leitura compartilhada, coloca a criança na condição de sujeito ativo, expandindo suas habilidades e promovendo o desenvolvimento intelectual, levando-a a refletir, questionar e agir de maneira crítica.

No capítulo 6 “*Utilização do Questionário de Transtorno do Desenvolvimento da Coordenação (DCDQ) – Brasil para a detecção de crianças com Transtorno do Desenvolvimento da Coordenação (TDC)*” a discussão gira em torno da importância dos processos avaliativos referentes à área da Educação Física escolar, os obstáculos encontrados e a necessidade de investigar aspectos motores e coordenativos, por meio de testes, que possam apontar potencialidades e limitações de cada indivíduo. Desta forma, apresentou-se o Questionário de Transtorno do Desenvolvimento da Coordenação, instrumento aplicado aos pais ou responsáveis, para identificar crianças com problemas relativos à esfera motora, havendo a necessidade de associação com outros métodos avaliativos para um melhor diagnóstico. Afirma-se que tal procedimento, executado na escola, possa auxiliar o professor na elaboração do seu planejamento e conseqüentemente no progresso tanto cognitivo quanto motor dos alunos.

O capítulo 7 “*A adoção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nos currículos de referência dos estados brasileiros: o caso da educação infantil*” explana sobre até que ponto a Base foi adotada pelos currículos nos vários estados brasileiros no que se refere à educação infantil, destacando que a LDB prevê que nesse nível de ensino os currículos devem ter uma referência nacional comum, considerando as características diversas, sendo econômicas, regionais, culturais, locais, e de cada estudante. Contudo, críticas apontam que a concepção de currículo proposta pela BNCC, sendo este um documento orientador, se disfarça de deveres de aprendizagens. Além disso, dados apontam que há falta de adequação dos objetivos da Base aos currículos de referência, o que sugere que a maior parte dos estados pouco debatem as propostas curriculares, afetando negativamente o sistema educacional.

O capítulo 8 “*O professor como intérprete-interlocutor do texto infantil: compreendendo o processo de escrita e explorando possibilidades*” problematiza a profissionalidade docente no campo da alfabetização e o papel mediador do professor no processo de ensino da escrita infantil, especialmente no contexto das tecnologias, salientando que a construção de textos é permeada por interações e diálogos que se fazem presentes na informalidade cotidiana. A produção textual exige do professor uma postura comprometida e

responsável, uma prática orientada e um ambiente acolhedor. E ao assumir o papel de intérprete da escrita infantil, é primordial que esse profissional compreenda o desenvolvimento da criança e identifique os saberes adquiridos por elas no que se refere ao uso da linguagem e à produção de sentidos.

O capítulo 9 “*O processo de construção dos movimentos sociais a partir da Pedagogia do Oprimido*” fomenta reflexões acerca desta obra de Paulo Freire que possui lugar de destaque, e apesar de não ser um exemplar contemporâneo, se aplica em diferentes momentos históricos e debate situações que, ainda hoje, vemos no cenário social, educacional e político brasileiro. Discute-se a obra baseada em fontes teóricas, epistemológicas e concepções originadas no materialismo histórico, evidenciando que os movimentos sociais são produtos da conscientização das condições dos sujeitos e deve se sustentar na prática do diálogo, na reflexão e na ação realizada junto aos oprimidos rumo à liberdade que, segundo Freire, acontece em comunhão. Marx e Freire apontam a importância de os movimentos sociais buscarem revolução, tanto no âmbito político quanto pedagógico, visando uma realidade social sem opressão e dominação.

O capítulo 10 “*Videoanimação snack attack: possibilidades de leitura a partir da gramática do design visual*” disserta sobre como a animação digital, um gênero multissemiótico complexo e que traz textos não necessariamente formado por palavras, expressa “modos de dizer” e possibilita a construção de sentidos. Fez-se uma análise da videoanimação *Snack attack* fundamentada na Gramática do Design Visual enfatizando sua aplicabilidade no ensino de leituras. No âmbito educacional e com o avanço das novas tecnologias, o uso de textos audiovisuais, apesar de recentes, são uma opção possível por se mostrarem um método de ensino mais interativo, apresentar variadas formas de linguagens, viabilizar inúmeras maneiras de leituras, além de ser um gênero que se aproxima da realidade dos alunos.

No capítulo 11 “*Ensino remoto em tempos de pandemia*” o objetivo foi abordar o trabalho, as percepções e os desafios do educador físico escolar no período de ensino remoto, além de trazer o olhar de uma professora, em forma de relato de experiência, acerca das mudanças repentinas nas práticas docentes que precisaram ser mediadas por recursos tecnológicos. Diante do cenário pandêmico instável a educação sofreu grandes transformações e os professores, inclusive os que atuam na educação física e que substituíram as quadras pelas telas do computador, precisaram se reinventar e adotar novas metodologias. Contudo, o

ensino remoto, apesar de ter sido uma estratégia que possibilitou a continuidade das aulas, impactou nas aprendizagens dos alunos e reforçou as desigualdades sociais.

O capítulo 12 “*Uma inserção profissional apoiada no acolhimento: o caso da professora Tamara*” é o recorte de uma pesquisa e descreve o caso de uma professora iniciante que foi acolhida em seu ambiente de trabalho por colegas, supervisora e diretora, e a importância de um trabalho colaborativo para superar os desafios que permeiam o começo da carreira. O capítulo discorre sobre como o início da trajetória docente merece maior atenção por ter um caráter determinante, uma vez que quando traumático, pode levar à perda do sentido da docência e até abandono da profissão. Logo, ressalta-se a importância de uma política que ofereça apoio aos professores iniciantes e que os acompanhe em suas práticas e os ajude a superar desafios.

O capítulo 13 “*Educação a distância: a importância de uma aprendizagem significativa na formação de professores*” discute o avanço da EAD nos últimos anos e sua importância na formação de professores para atuar na educação básica, apontando que antes essa modalidade era uma forma complementar e atualmente se mostra como uma referência do ensino superior, principalmente para estudantes sem acesso ao ensino presencial. Desta forma, os professores que também estão incluídos nesse grupo formado pela EAD e representam grande parte de estudantes que procuram por essa modalidade, necessitam de um curso bem planejado a partir de uma prática fundamentada que vise a autonomia e criticidade para que esses profissionais desenvolvam habilidades para lidar com os obstáculos no campo da educação, com as tecnologias digitais e com as novas gerações de alunos.

O capítulo 14 “*A importância de um sistema nacional de educação e seus impasses de implementação*” destaca a necessidade de um modelo de gestão educacional regulamentado, organizado e articulado, com a colaboração dos níveis de governo, com vista a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem em todo o país, que comparado a outros, no que remete ao progresso educativo do nível básico, ainda ocupa um lugar inferior. Pontua-se, que frente a diversidade das regiões brasileiras e suas demandas sociais, é um desafio para educação, que carece de investimentos significativos, promover um ensino que contemple a equidade e ofereça qualidade em todos os territórios. Visto isso, um sistema educacional contribuirá com políticas públicas mais sistêmicas para combater as desigualdades, além da transparência nas ações do campo da educação.

O capítulo 15 “*Multiletramentos: possibilidades para a qualificação da profissionalidade docente*” traz contribuições acerca da pedagogia dos multiletramentos e sua importância na formação de professores reflexivos, criativos e conscientes de seu potencial transformador, tanto no âmbito escolar quanto na sociedade. O debate em torno da proposta pedagógica do multiletramento articulado com o desenvolvimento profissional possibilita que ações educativas sejam pensadas com base nas necessidades atuais de ensino para produzir conhecimentos que contemple, também, o uso dos meios digitais e valorize a cultura e as experiências de vidas dos educandos da nova geração. O capítulo ressalta que formar professores na perspectiva dos multiletramentos auxilia no desenvolvimento de estratégias de ensino inclusivas e colaborativas para promover aprendizagens significativas.

O capítulo 16 “*Supervisão pedagógica: dos desafios às possibilidades de práticas formadoras no contexto da escola*” aborda o trabalho do supervisor educacional como agente articulador, formativo e colaborativo para o desenvolvimento profissional docente. Contudo, atualmente ainda não há uma definição acerca do seu papel, e, portanto, esse profissional acaba por desempenhar tarefas que se diferem da sua profissionalidade, o que torna seu trabalho desafiador. A vista disso, mesmo com as diversas responsabilidades e obstáculos que surgem a todo momento no cenário educacional contemporâneo e que são impostas ao supervisor, é preciso repensar, especialmente, a formação de professores para que esses sejam capazes de lidar com as novas demandas, refletir sobre suas práticas e promover um ensino qualificado.

Por fim, o capítulo 17 “*Avaliação no ensino superior: reflexões no contexto do ensino remoto*” apresenta um panorama dos impactos da pandemia da Covid-19 na educação e principalmente nos processos de avaliação da aprendizagem no ensino superior devido ao formato remoto que substituiu as aulas presenciais, modificando as rotinas dos estudantes e ressignificando as práticas de ensino em todo o país. O uso de recursos tecnológicos, como ferramenta possível e única para a continuidade da educação, exigiu rápida adaptação dos professores e dos alunos e reforçou ainda mais as desigualdades educacionais. Evidenciou-se, quanto aos processos avaliativos, que as finalidades diagnóstica e formativa foram pertinentes no contexto pandêmico por fornecerem informações acerca das aprendizagens, auxiliando no planejamento pedagógico e proporcionando reflexões aos professores sobre novas possibilidades e o sentido de avaliar no ensino superior.

A obra resenhada, elaborada a partir de atividades de pesquisas, debate temas contemporâneos de uma época marcada por muitas transformações no campo da educação, e nos permite refletir sobre novas propostas pedagógicas a fim de construir processos educacionais que favoreçam aprendizagens significativas, tanto no nível básico quanto superior. O manuscrito reúne a pluralidade de saberes de diferentes áreas da educação e nos envolve em diálogos críticos e reflexivos que se comprometem com a transformação da realidade, com o desenvolvimento profissional e com melhorias para um ensino emancipatório. Além disso, se configura como um espaço de discussão e problematização de assuntos educacionais emergentes, possibilita o compartilhamento de experiências do trabalho docente e incentiva a produção científica de novos estudos.

Recebido: outubro/2023.

Publicado: janeiro/2024.